



Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo

Preâmbulo

A Constituição da República confere a todos os cidadãos o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidade de acesso escolar. No entanto, as grandes dificuldades socio-económicas que caracterizam hoje a sociedade portuguesa constituem para muitos um forte impedimento ao seu acesso e frequência do ensino superior.

Acresce, por outro lado, que incontroversa a necessidade de investir em políticas que visem a promoção das competências académicas e profissionais dos cidadãos, como forma de assegurar o desenvolvimento do Concelho, em especial, o que passa necessariamente pelo apoio à escolaridade, como tal, devem ser promovidas e desenvolvidas ações para que os jovens não interrompam o seu percurso escolar.

Atenta a este facto, a Câmara Municipal de Almeirim, com o intuito de contribuir para, na medida das suas possibilidades, minorar tal situação entende dever instituir um sistema de bolsas de estudos especialmente dedicada a alunos do ensino superior e, ao mesmo tempo, estabelecer de forma clara e objetiva os critérios de atribuição dos apoios ao prosseguimento de estudos.

O projeto de regulamento foi objeto de apreciação e discussão pública para recolha de sugestões, nos termos do disposto nos artigos 98º, 99º e ss do CPA, tendo sido posteriormente aprovado em reunião da Câmara Municipal de Almeirim de 15 de fevereiro de 2016 e em reunião de Assembleia Municipal de Almeirim de 29 de fevereiro de 2016, em conformidade com o disposto na alínea k) do nº1 do artigo 33º e alínea g) do nº1 do artigo 25º, ambos do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente Regulamento tem como leis habilitantes:

a) Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa;



b) Alíneas d) e h) do n.º2 do artigo 23º conjugadas com as alíneas k) e hh) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da lei 75/2015, de 12.09, alterada pela lei 25/2015, de 30.03 e pela lei 69/2015, de 16.07;

Artigo 2º

Objecto

1- O presente regulamento visa estabelecer o regime e os princípios gerais de atribuição de bolsas de estudo, por parte Município de Almeirim, a alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior público, com reconhecido mérito escolar e cuja situação económica do agregado familiar assim o justifique.

2- Entende-se por estabelecimento de ensino superior todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura e ou curso de mestrado integrado segundo Bolonha, designadamente:

- a) Universidades;
- b) Institutos Politécnicos;
- c) Institutos Superiores;
- d) Escolas Superiores;

Artigo 3º

Montante e Periodicidade

1- O número de bolsas de estudo a conceder em cada ano lectivo, bem como o quantitativo monetário de cada uma, será estabelecido anualmente pela Câmara Municipal de Almeirim.

2- A bolsa de estudo será anual e paga até 10 prestações.

3- Sempre que um candidato ou bolseiro receba benefícios de qualquer outra entidade para o mesmo fim, será obrigatória a sua comunicação ao Município de Almeirim através do respectivo documento comprovativo o qual deverá incluir o seu montante.

Artigo 4.º

Período de candidaturas

As candidaturas às bolsas de estudo a conceder deverão ser apresentadas anualmente de 1 a 31 de Outubro, salvo se for definido outro período de um mês pelo Município de Almeirim.



II

Processo de Candidatura

Artigo 5º

Condições de Candidatura

Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Serem residentes no Concelho de Almeirim há mais de 5 anos;
- b) Terem tido aproveitamento escolar no ano letivo anterior;
- c) Não serem detentores de qualquer tipo de grau de ensino superior;
- d) Apresentarem comprovativo de como solicitaram bolsa nos Serviços Sociais da Universidade e respectivo deferimento/indeferimento do serviço.

Artigo 6.º

Apresentação da Candidatura

- 1- A candidatura à bolsa de estudo é requerida mediante o preenchimento de ficha individual, na qual se identificará o candidato, indicando nome completo, filiação, data de nascimento, número de identificação, residência, estado civil, curso que frequenta e respetivo ano, média do ano transato e profissão.
- 2- A ficha será fornecida aos interessados pelo Serviço de Atendimento do Município de Almeirim.
- 3- Têm legitimidade para efetuar a apresentação da candidatura:
 - a) O estudante, quando maior de idade;
 - b) Os encarregados de educação ou o responsável pela sua educação, quando o estudante for menor;
- 4- A apresentação da candidatura deverá ocorrer no período de tempo descrito no artigo 4.º;
- 5- Aquando a apresentação da candidatura, deverá ser fornecida uma cópia do presente Regulamento aos candidatos.



Artigo 7.º

Documentação

A ficha de candidatura referida no artigo anterior deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do cartão de identificação, do cartão de contribuinte ou, no caso de o candidato ser menor de idade, cartão de contribuinte do encarregado de educação;
- b) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência onde conste a composição do agregado familiar e o tempo de residência no Concelho;
- c) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário e da respetiva classificação (média), para os alunos que se candidatem pela primeira vez;
- d) Certificado de matrícula no ensino superior, em caso de ingresso, com especificação do curso;
- e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano letivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar, e certificado de matrícula com especificação do curso e ano quando se tratar de estudantes já integrados no ensino superior;
- f) Fotocópia da última declaração de I.R.S, referente a todos os elementos do agregado familiar, relativa ao ano civil anterior ao ano letivo a que se refere a candidatura ou, na falta desta, documento comprovativo da situação face ao emprego, a emitir pela Segurança Social ou Centro de Emprego da área de residência;
- g) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Almeirim onde se declara que o agregado familiar está isento da apresentação de declaração de rendimentos, se aplicável.
- h) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passado pelo Serviço de Finanças da sua área de residência;
- i) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção);



- j) Outros documentos comprovativos de situações específicas declaradas, que o Sector da Educação entenda necessários para a avaliação do processo de candidatura à bolsa de estudo;
- k) Declaração, sobre compromisso de honra, assinada pelo encarregado de educação ou pelo candidato, quando maior de idade, em como tomou conhecimento do teor do presente regulamento e ficou ciente das obrigações neles constantes

Artigo 8.º **Cálculo do Rendimento**

O cálculo do rendimento *per capita* mensal do agregado familiar é o realizado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$C = R - (I + S + H) / 12 \times N$$

Sendo que:

C = Rendimento mensal *per capita*

R = Rendimento anual líquido do agregado familiar

I = Impostos e Contribuições, até ao limite fixado por despacho do Ministério da Educação

H = Encargos anuais com a habitação até ao limite de 30% dos rendimentos declarados

S = Encargos com a saúde até ao limite fixado por despacho ministerial

N = número de elementos do agregado familiar

Artigo 9.º **CrITÉrios de Selecção**

Quando não seja possível atender a todos os pedidos, por a quantidade de candidaturas ser superior ao número de bolsas de estudo a atribuir, serão consideradas, por ordem decrescente, as seguintes condições de preferência:

- a) Menor rendimento líquido per capita do agregado familiar;
- b) Melhor aproveitamento escolar obtido no ano letivo anterior;
- c) Em caso de igualdade, será considerado a melhor média de classificação final dos últimos três anos, devidamente comprovadas pelo estabelecimento de ensino, se solicitado;



- 3- As bolsas de estudo atribuídas serão aprovadas em reunião de Câmara Municipal;
- 4- Consideram-se inatendíveis os pedidos de renovação que não derem entrada na Câmara Municipal de Almeirim dentro do prazo mencionado neste Regulamento;
- 5- Todos os pedidos que derem entrada atempadamente, e que se detete a falta de qualquer elemento, deverá o respetivo serviço de análise notificar o requerente para no prazo de 5 dias, venha juntar os elementos em falta.

Artigo 10º **Processo de Análise**

- 1- A seleção dos candidatos caberá aos técnicos responsáveis, designados para o efeito pelo Vereador da área da Educação;
- 2- A decisão do técnico terá obrigatoriamente de ser dada num prazo de trinta dias úteis, uma vez terminado o período de candidatura referenciado no artigo 4.º do presente regulamento, salvo por motivos alheios ao Município;
- 3- Para efeitos de seleção a que se refere o primeiro anterior, o técnico responsável utilizará, obrigatoriamente, os seguintes critérios:
 - a) Rendimento *per capita* mensal do agregado familiar indexado ao salário mínimo nacional;
Até 25% do SMN – 30 Pontos
>25% e até 35% do SMN – 20 pontos
>35% e até 45% do SMN – 10 pontos
>45% e até 50% do SMN – 5 pontos
 - b) Melhor aproveitamento escolar do candidato
>18 valores – 10 pontos
De 16 a 18 valores – 7 pontos
De 13 a 15 valores – 5 pontos
<13 valores – 3 pontos
 - c) Menor idade do candidato, à data da candidatura;
Até 19 anos – 10 pontos
De 19 a 22 anos – 5 pontos
>22 anos – 3 pontos



d) Dimensão do Agregado Familiar:

Agregado familiar com número de elementos = <4 – 5 pontos

Agregado familiar com número de elementos => 5 e <= 7 – 10 pontos

Agregado familiar com número de elementos => 8 e <= 10 – 15 pontos

Agregado familiar com número de elementos => 11 – 20 pontos

e) Renovação de bolsa de estudo:

1.^a renovação – 5 pontos

>1.^a renovação – 10 pontos

3- Em caso de empate pontual prevalece o candidato com menor rendimento mensal *per capita*.

4- Caso o candidato seja já beneficiário de uma outra bolsa de estudo ou subsídio equivalente para o mesmo ano letivo de valor inferior à bolsa de estudo atribuída pelo Município de Almeirim, não lhe poderá ser atribuído o montante desta última por inteiro, mas apenas o montante respeitante à diferença entre ambas.

5- Feito o escalonamento, elaborar-se-á uma lista provisória onde constarão os seguintes elementos:

- a) Nome completo do candidato;
- b) Posição obtida;
- c) Menção de “Admitido” ou “Excluído”;
- d) Fundamentação das exclusões;

6- A lista referida no número anterior será afixada para consulta no edifício dos Paços do Município e dela será dado conhecimento a cada um dos candidatos por meio de carta registada com aviso de receção;

7- Os candidatos poderão reclamar da lista para o Vereador responsável, apresentando para o efeito exposição escrita e devidamente fundamentada, no prazo de cinco dias úteis a contar da data de receção da carta;

8- Da decisão tomada sobre a reclamação será dado conhecimento ao reclamante, não havendo lugar a recurso;

9- A fim de fundamentar a sua decisão e, caso entenda conveniente, o técnico responsável poderá:



- a) Proceder a consulta junto da Junta de Freguesia onde o candidato resida;
- b) Convocar os candidatos para entrevista individual;
- c) Solicitar outros meios de prova que considere necessários.

Artigo 11º

Deveres dos Bolseiros

Constituem obrigações dos bolseiros:

- a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pelo Município, no âmbito da atribuição de bolsas de estudo;
- b) Comunicar ao Município, qualquer alteração das condições de candidatura e de atribuição da Bolsa de Estudo que possam influir nos resultados previamente estabelecidos;
- c) Comunicar ao Município atribuição e o montante da Bolsa ou subsídio por parte de outra entidade e apresentar o respetivo comprovativo a fim de ser reavaliada a situação;
- d) Manter ao Município informado do aproveitamento escolar dos seus estudos, através da comprovação das notas na avaliação final de cada semestre.

Artigo 12º

Direitos dos Bolseiros

Constituem direitos dos bolseiros do Município de Almeirim:

- a) Receber integralmente e dentro dos prazos estipulados as prestações da bolsa atribuída – prestações mensais;
- b) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento.

Artigo 13º

Renovação de Bolsa de Estudo

- 1- O processo de renovação de bolsa de estudo segue os trâmites previstos no artigo 6º do presente regulamento;
- 2- A renovação da bolsa pressupõe, obrigatoriamente, a obtenção de aproveitamento escolar por parte do candidato, salvo por motivos de força maior devidamente comprovados, designadamente, doença prolongada;



3- Será dada preferência, no processo de seleção de candidaturas, aos candidatos que pretendam a renovação da bolsa de estudo, desde que se mantenham atuais as condições de acesso previstas no presente regulamento.

Artigo 14º **Cessação da Bolsa**

1- Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo:

- a) A prestação, por omissão ou inexactidão, de falsas declarações ao Município de Almeirim pelo candidato ou seu representante;
- b) Alteração favorável da situação económica do candidato ou do seu agregado familiar;
- c) A desistência de frequência do curso, salvo motivo de força maior comprovado, como por exemplo, por doença prolongada;
- d) A reprovação/falta de aproveitamento no ano letivo anterior ao da candidatura;
- e) Mudança de residência para outro concelho;
- f) Aceitação de outra bolsa ou subsídio concedido por outra instituição para o mesmo ano letivo, salvo se for dado conhecimento ao Município e este, ponderadas as circunstâncias, considerar justificada a acumulação dos dois benefícios;
- g) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 11.º.

2- Nos casos previstos no número anterior, o Município de Almeirim reserva-se o direito de exigir do bolseiro ou daqueles de quem este estiver a cargo, a restituição das mensalidades eventualmente pagas, bem como de adoptar os procedimentos julgados adequados.

Artigo 15º **Lista definitiva**

Findo o período de reclamações, os técnicos responsáveis analisarão as mesmas, caso existam, e consequentemente elaboram, a lista definitiva, devidamente fundamentada, que será submetida a reunião de Câmara Municipal para deliberação.



Artigo 16º **Liquidação das bolsas**

1. As bolsas de estudo serão liquidadas mensalmente aos interessados se maiores de 18 anos ou, caso contrário, aos respetivos encarregados de educação, até 10 prestações.
2. Os alunos que se encontrem colocados numa Instituição Escolar que diste a uma distância igual ou inferior a 30Km da sua residência, apenas ser-lhes-á pago o subsídio de transporte (equivalente ao passe mensal) e/ou um valor mediante o rendimento líquido per capita do agregado familiar, que será liquidado através de um pagamento único.
3. O valor da bolsa atribuída pela Câmara adicionada à atribuída pela Universidade, não deverá exceder os 400€ (quatrocentos euros);

Artigo 17º **Reapreciação de valores**

A bolsa de estudo será reapreciada quando o bolseiro melhorar significativamente a sua disponibilidade económica ou passe a receber benefícios de outra Entidade, que somados à bolsa atribuída pelo município, não deverá ultrapassar os 400€ por prestação.

Artigo 18º **Não atribuição de bolsa e candidatura a outros apoios**

1. Os estudantes a frequentar estabelecimentos de ensino superior que distem mais de 30 quilómetros da sua residência, e que se tenham candidatado à bolsa de estudo e a quem a mesma não tenha sido atribuída por aquele candidato, a nível de calculo de rendimento, não integrar o numero de bolsas estabelecido pelo Município, poderão solicitar apoio para deslocações, considerando-se para efeito o valor da deslocação em transporte público e num limite de 100€ (cem euros) mensais.
2. A atribuição do apoio para deslocações apenas contempla o período após o referido pedido para o apoio em causa.



Artigo 19º **Interpretação e omissões**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, ou aplicação das disposições deste regulamento serão resolvidas de acordo com o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução dos objetivos expressos no presente Regulamento, mediante deliberação camarária para o efeito.

Artigo 20º **Norma revogatória**

Com a entrada em vigor do presente regulamento ficam revogadas todas as disposições constantes do regulamento anterior.

Artigo 21º **Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no dia útil imediato ao da sua publicação em Diário da República.